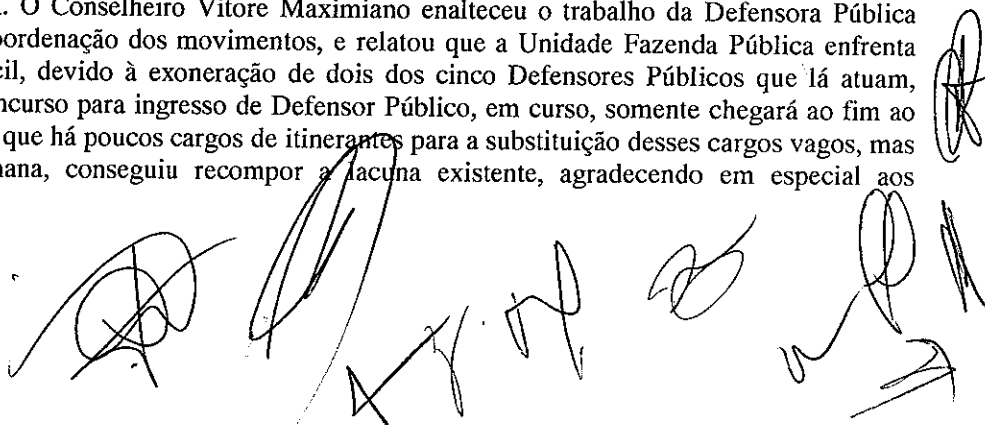
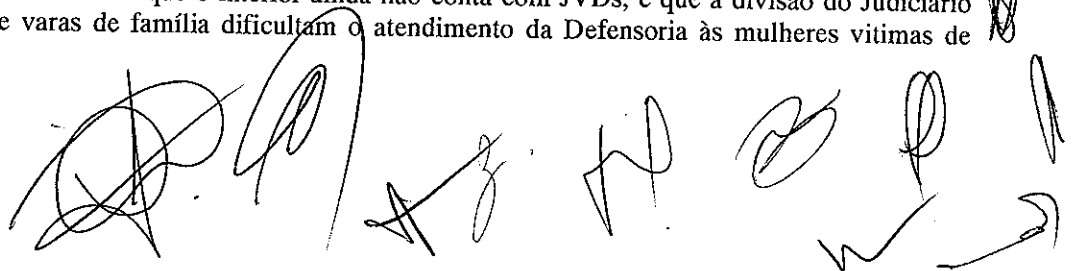


ATA DA 289ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

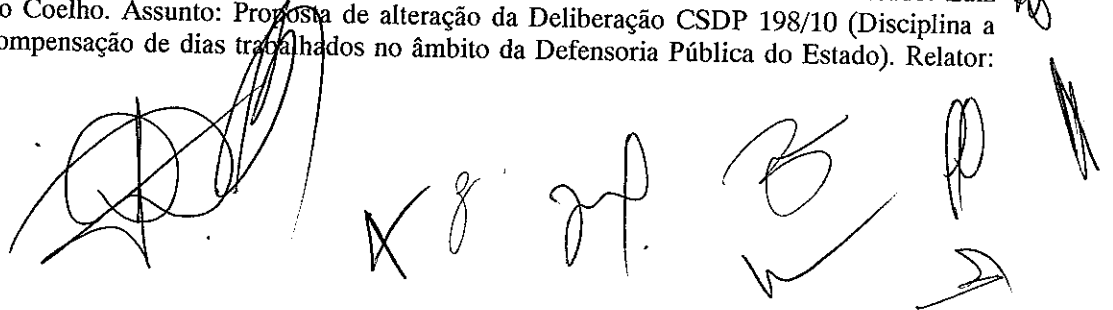
Aos seis dias do mês de julho do ano dois mil e doze, na sala de reuniões do Edifício Sede, situado na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Solliberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as): Franciane de Fátima Marques, Fabiana Botelho Zapata, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Rafael Valle Vernaschi, Juliana Saad, Bruno Ricardo Miragaia, José Moacyr Doretto Nascimento, Vitore André Zilio Maximiano, Marcia Regina Garutti, Luciana Zaffalon Leme Cardoso e, representando a Apadep, Rafael Moraes Português. Ausentes Justificadamente os Conselheiros Rafael Bessa Yamamura e Luciano Alencar Negrão Caserta. A Presidente iniciou a sessão encaminhando as atas 287ª e 288ª para aprovação. Aprovado por unanimidade. Informou a programação de sessões do Conselho Superior na Região Metropolitana e Interior do Estado, e sugeriu duas datas, primeiramente no dia 03 de agosto na Unidade de Itaquaquecetuba, quando irá ocorrer a inauguração da nova unidade na cidade, e secundariamente no dia 23 de novembro na Regional de São Carlos. Aprovado por unanimidade. A Conselheira Luciana Zaffalon sugeriu a realização de sessão na Regional de São José do Rio Preto. A Presidente concordou com a sugestão e propôs uma data no próximo mês de fevereiro. Aprovado por unanimidade. Comunicou que divulgará, na próxima semana, o calendário de visitas da Defensoria Pública Geral às unidades, e informou que a intenção é visitar todas as unidades da Defensoria Pública até setembro de 2013, e paralelamente, as 2ª e 3ª Subdefensorias também realizarão visitas. Noticiou a visita realizada, nesta semana, à Unidade Nossa Senhora do Ó, e relatou que a unidade é bem estruturada, mas os Defensores Públicos fizeram alguns pleitos, especialmente na área de TI, devido ao Fórum em que atuam trabalha exclusivamente com processos digitais. Parabenizou a atuação dos Defensores Públicos na Unidade Nossa Senhora do Ó. Posicionou que após relato de problemas nos dispositivos, a CTI trabalha atualmente para superar os problemas dos certificados digitais e suas máquinas leitoras, e informou que a CTI irá formular um novo calendário para entrega de equipamentos, mas ressaltou que caso seja necessário um dispositivo com urgência, deve ser solicitado diretamente à CTI. Comunicou que ocorrerá a solenidade de inauguração do novo edifício sede da Unidade de São Miguel Paulista, no dia 19 de julho, e informou que a inauguração da nova unidade de Itaquaquecetuba ocorrerá no dia 03 de agosto. Não havendo mais comunicações da Presidência, passou-se as comunicações da Secretaria. Justificou a ausência dos Conselheiros Luciano Alencar e Rafael Bessa Yamamura em razão de férias. Comunicou o envio de e-mail institucional aos Conselheiros, contendo a resposta em complementação ao ofício já enviado para o Núcleo de Habitação e Urbanismo, no que tange a redução do mandato dos integrantes. Não havendo mais comunicações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. A Presidente franqueou à palavra a primeira inscrita, Kelly Cristina de Melo, Presidente da Associação Pró-Autista. Narrou a sua luta em prol da criança autista e agradeceu o trabalho desenvolvido pela Defensoria Paulista, em especial pela Defensora Pública Renata Flores Tibyriçá, relatando que o trabalho desenvolvido pela Defensora tem ajudado sensivelmente às crianças com esse tipo de distúrbio, mas pleiteou um número maior de estagiários para fornecer uma estrutura de trabalho mais adequada à Defensora Renata Flores. A Presidente apontou que o trabalho desenvolvido pela Defensora Pública Renata Tibyriçá tem total apoio da Defensoria Geral, e apontou que o problema estrutural enfrentado, na Unidade Fazenda Pública, onde atua a Defensora, são inerentes à instituição, mas esclareceu que não há possibilidade imediata de aumentar o número de estagiários de direito, devido às normas que não implantadas pelo Ministério Público do Trabalho. Informou que em breve a composição da Defensoria Pública irá crescer, possibilitando a estruturação de toda a instituição, mas informou que a Defensoria Geral estará atenta e fazendo o que é possível. O Conselheiro Vitore Maximiano enalteceu o trabalho da Defensora Pública Renata Flores frente à coordenação dos movimentos, e relatou que a Unidade Fazenda Pública enfrenta um momento muito difícil, devido à exoneração de dois dos cinco Defensores Públicos que lá atuam, assim lamentou que o concurso para ingresso de Defensor Público, em curso, somente chegará ao fim ao final deste ano. Ponderou que há poucos cargos de itinerantes para a substituição desses cargos vagos, mas informou que nesta semana, conseguiu recompor a lacuna existente, agradecendo em especial aos



Defensores Públicos da Unidade Plantão Cível que contribuirão para a substituição. A Presidente franqueou à palavra a próxima inscrita, Dilma Cândida da Silva, Representante do Movimento União das Mulheres / Promotora Legal Popular. Relatou casos de mulheres vítimas de violência doméstica que procuravam as Delegacias de Atendimento à Mulher e não encontrava um atendimento adequado, citando diversos outros casos como exemplo. Pleiteou a designação de Defensores Públicos para atuar nessas delegacias, e pediu também que a Defensoria Pública trabalhasse para que as Delegacias funcionem em horário integral, bem como um atendimento psicossocial. A Presidente franqueou à palavra a próxima inscrita, Maria Amélia Teles, Representante do Movimento União das Mulheres / Promotora Legal Popular. Destacou o trabalho desenvolvido pelo movimento em prol do acesso à justiça e do respeito aos direitos das mulheres, e mostrou a necessidade do estreitamento das relações entre os movimentos sociais e as unidades da Defensoria, especialmente no interior, considerando que os movimentos sociais devem ser parceiros da Defensoria Pública. Criticou a formação acadêmica em Direito, e mostrou seu posicionamento em que as Universidades estão calcadas apenas na operacionalização do Direito e não estão atentas às diferenças entre as pessoas, ressaltando que a Defensoria atende apenas diferenças econômicas, mas ainda há dificuldades da instituição entender as diferenças sociais das pessoas. Relatou problemas na estrutura dos Juizados de Violência Doméstica e na aplicação da Lei Maria da Penha no Estado, e apontou a necessidade de atuação de Defensores Públicos nas Delegacias de Atendimento à Mulher. A Presidente franqueou a palavra à próxima inscrita, Marina Inês do Nascimento, Representante do Projeto Promotoras Legais Populares, da região de Santo André. Parabenizou inicialmente a Defensoria Paulista pela instalação de uma unidade em Santo André. Relatou o fechamento de Delegacias de Atendimento à Mulher no período noturno e aos finais de semana, justificando que o momento das agressões contra as mulheres acontecem nesse período, e citou alguns casos de maus tratos sofridos por mulheres em delegacias comuns. A Presidente agradeceu a presença de todos os movimentos presentes, e fez considerações. Apontou as deficiências no Estado em relação ao atendimento às mulheres vítimas de violência, e mencionou que a Defensoria Pública esteve presente, contribuindo com a questão, na CPMI da Violência Doméstica, ressaltando que a Defensoria Paulista está empenhada em trabalhar para que as Delegacias de Atendimento à Mulher atue de maneira correta e respeitosa, como prevê a lei. Informou que o número restrito de Defensores Públicos impossibilita uma atuação imediata da instituição dentro das Delegacias, entretanto, ressaltou que em todos os Centros de Cidadania da Mulher (CCMs) contam com atendimento da Defensoria, por fim lembrou que a atuação da Defensoria em Delegacias foi uma das propostas aprovadas no último Ciclo de Conferências Públicas e foi incluída no plano de atuação da instituição. A Presidente franqueou a palavra aos Conselheiros sobre o assunto. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon, mostrou preocupação com os problemas nas Delegacias de Atendimento à Mulher, considerando urgentes, e mostrou a necessidade de que além de trabalhar em prol da melhoria desse serviço, é preciso haver um monitoramento desses equipamentos. Pediu aos Conselheiros, principalmente aqueles do interior, a divulgação do trabalho desenvolvido pelas Promotoras Legais Populares. O Conselheiro Vítore Maximiano homenageou a representante da União das Mulheres de São Paulo, Sra. Maria Amélia, que contribuiu para a criação da instituição. Destacou a importância da atuação da Defensoria nos CCMs, onde é realizado o atendimento às mulheres vítimas de violência, e apontou que esses equipamentos estão distribuídos nas periferias, onde o problema é mais latente, contudo, considerou que o desmembramento do Juizado de Violência Doméstica da Capital em sete, aliado ao reduzido número de Defensores, impossibilitou que a Defensoria acompanhasse esse crescimento. Registrou que o Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher providenciará um levantamento das demandas dos JVDs para acompanhar como são aplicadas as medidas protetivas e qual o volume de trabalho nos juizados, e registrou ainda, a necessidade de estender as cobranças a todas as instituições públicas responsáveis por esse atendimento, sendo elas a Defensoria Pública, Polícia Civil e Ministério Público. O Conselheiro Luís Gustavo relatou problemas semelhantes nas delegacias em Jaú, e sentiu falta da organização da sociedade civil em apoiar a instituição. A Conselheira Juliana Saad reiterou sua posição em colocar-se a disposição para auxiliar a estreitar o relacionamento entre os movimentos sociais e as unidades do interior, e informou que o interior ainda não conta com JVDs, e que a divisão do Judiciário em varas criminais e varas de família dificultam o atendimento da Defensoria às mulheres vítimas de

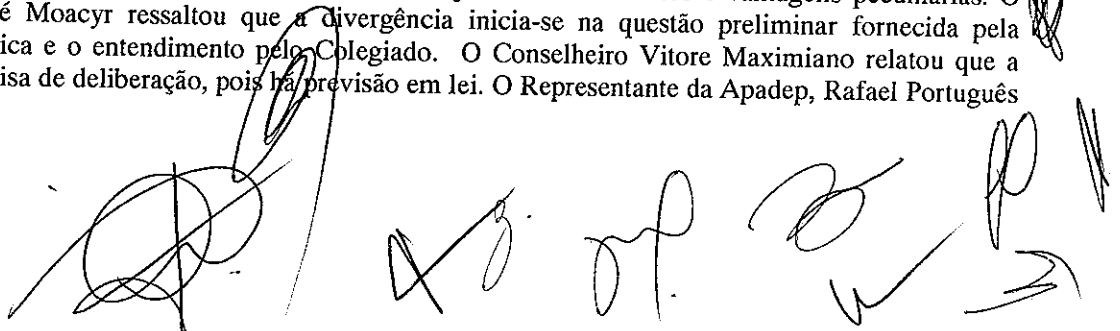
A series of handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom of the page. The signatures are stylized and vary in complexity, including some that appear to be initials or short names.

violência doméstica. Não havendo mais manifestações por parte dos Conselheiros, passou-se a ordem do dia. A Presidente iniciou a ordem do dia com o processo CSDP nº 261/12 (Exceção a pauta). Interessado: Paulo Rogério France e Gilberto Ferraz Kfourri. Assunto: Pedido de afastamento para participação em processo eleitoral municipal. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de afastar os interessados, condicionando a apresentação dos comprovantes de registro da candidatura. O Conselheiro Vitore Maximiano mencionou o artigo 31, inciso VII e artigo 150, inciso V da lei complementar 988/06, considerando que os interessados ainda cumprem o estágio probatório, porém ressaltou que houve o precedente do Defensor Público Adenor Ferreira e não se opôs ao afastamento. A Presidente encaminhou o voto do relator para votação. Aprovado por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o pedido de afastamento dos servidores Paulo Rogério France e Gilberto Ferraz Kfourri, condicionado à apresentação da comprovação do registro da candidatura. CSDP nº 006/12. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 38/07, que estabelece normas gerais para os Regimentos Internos dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Antonio Maffezoli Leite. O Conselheiro José Moacyr informou que o pedido de sua vista foi para analisar a questão de preferência pelos integrantes, tanto nas reuniões ordinárias, quanto as extraordinárias. A Conselheira Juliana Saad informou que em seu voto vista possibilitava o Coordenador a providenciar a substituição sem a voluntariedade dos integrantes do Núcleo Especializado, e sugeriu uma regulamentação nesse sentido. A Presidente sugeriu iniciar a leitura da minuta de deliberação e consequentemente a votação das divergências. Aprovado por unanimidade. O Conselheiro Vitore Maximiano proferiu a leitura da minuta da Deliberação apresentada pelo relator, com as sugestões em votos vistas. A Presidente encaminhou para votação a alteração sugerida ao artigo 12, §4º e 5º, que observava o limite de afastamentos, e aprovou-se por unanimidade. A Conselheira Juliana Saad em seu voto vista, apresentou sugestão de modificação ao artigo 12, §3º, no que tange as faltas justificadas. A Presidente encaminhou para votação a sugestão e aprovou-se por unanimidade. O Conselheiro Vitore Maximiano se colocou a disposição para apresentar voto vencedor, consolidando as sugestões do voto vista da Conselheira Juliana Saad e o voto do Conselheiro Antonio Maffezoli. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto vista, acolher a proposta, de acordo com a Deliberação CSDP nº 252, de 06 de julho de 2012, a ser publicada oportunamente. Deliberou ainda, designar o Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano para elaboração do voto vencedor. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relatora: Conselheira Juliana Saad. A Conselheira Fabiana Zapata informou que em voto vista necessitava de informações da Corregedoria Geral para elaboração de quadro comparativo, e indagou a Corregedoria Geral sobre o andamento do tema pelo Colégio Nacional de Corregedores Gerais. A Conselheira Marcia Garutti informou que o Colégio Nacional tem previsão de aprovar a proposta em meados de agosto, mas sugeriu a suspensão dos autos temporariamente, a fim de aguardar a proposta já finalizada pelo Colégio Nacional de Corregedores Gerais. Neste sentido, a Conselheira Fabiana Zapata votou pelo sobrestamento do processo para aguardar a proposta vinda pela Corregedoria. A Presidente encaminhou para votação o sobrestamento do processo para aguardar a juntada da manifestação da Corregedoria. Aprovado por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, sobrestar o feito para aguardar a manifestação do Colégio Nacional de Corregedores Gerais. CSDP nº 350/11. Interessada: Coordenadora Auxiliar do Núcleo de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (maio de 2011 a novembro de 2011). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório com recomendações. A Presidente encaminhou para votação a questão da recomendação e aprovou-se por unanimidade. O Conselheiro Bruno Miragaia declarou-se impedido de votar por ser parte integrante do Núcleo Especializado. Acompanhou o Conselheiro Bruno Miragaia. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório semestral do Núcleo de Habitação e Urbanismo, com recomendações. Impedidos os Conselheiros Bruno Ricardo Miragaia e Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. CSDP nº 357/11. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 198/10 (Disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator:

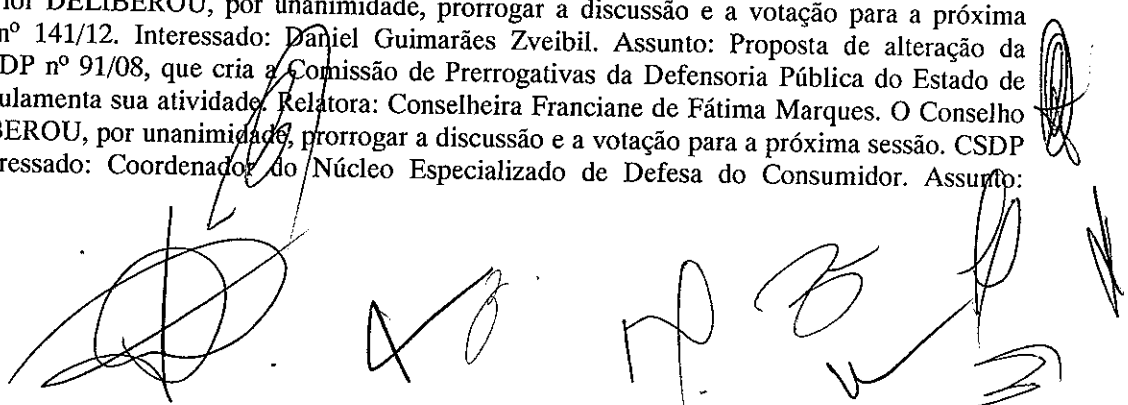


Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

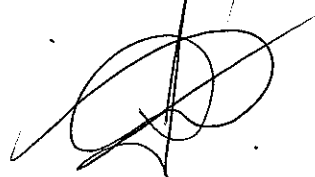
Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. A Conselheira Franciane leu o relatório e proferiu o voto no sentido de acolher parcialmente o voto do relator, considerando a) alteração do fato gerador da compensação no caso de acumulação para 2 dias de trabalho para 1 dia de compensação, justificando que atualmente essa proporção é de 3 dias de trabalho para 1 dia de compensação; b) alteração para 60 dias ao ano a previsão de limitação de dias para anotação anual no caso de acumulação, justificando que atualmente a limitação é de 20 dias ao ano; c) quanto ao limite de gozo anual dos dias de compensação, o voto vista propôs a elevação do limite de 15 para 20 dias de gozo ao ano, com direito a remuneração, e votou ainda pelo limite de gozo em 5 dias por mês, como é a regra atual. O Conselheiro Vitore Maximiano acompanhou em partes o voto vista, e discordou da alteração do fato gerador, apontando que a instituição passa por um momento onde há dificuldades severas para cobrir afastamentos previstos em lei, e ponderou que ao diminuir os dias de substituições para permitir um gozo maior de afastamentos, o Conselho Superior irá estimular os afastamentos e poderá gerar problema ainda maior, mencionando o caso da Unidade Fazenda Pública e a Unidade Jabaquara que sofrem com a ausência de dois Defensores Públicos, por fim apontou que o problema poderia ser agravado uma vez que os Defensores Públicos aprovados no segundo concursos alcançarem em 2012, o direito de usufruir a licença prêmio. A Conselheira Franciane Marques discordou do posicionamento do Conselheiro Vitore Maximiano, e entendeu que as atuais regras penalizam o Defensor Público que tem um grande volume de trabalho, apontando o caso do Defensor Público Geraldo Sanches, que excedeu 13 dias de compensação. A Conselheira Juliana Saad mostrou preocupação com o crescimento no volume de gozo de compensações, informando que em todo o ano de 2011 foram gozados 154 dias de compensação, e em 2012 esse número já chegou há 359 dias, e ponderou que no âmbito da 3ª Subdefensoria, já há dificuldades em conciliar períodos de férias, sendo que em todas as solicitações recebidas, são analisadas minuciosamente para minimizar os impactos no funcionamento das unidades. O Presidente da Apadep, Rafael Português, considerou que a atual regulamentação é injusta, justificando que atualmente o Defensor Público trabalha o triplo da compensação, e sugeriu que o justo é a proporção de a cada dia trabalhado haveria um dia de compensação, e se sentiu contemplado com a proposta de 2 para 1. A Presidente encaminhou para votação, nos termos do voto vista da Conselheira Franciane Marques. Por maioria de votos, aprovou a deliberação. Vencidos os Conselheiros Vitore Maximiano, Juliana Saad e Marcia Garutti que divergiam da alteração do fato gerador, que altera a proporção de 2 para 1. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto vista, aprovar a proposta de alteração, nos termos da Deliberação CSDP nº 253, de 06 de julho de 2012, a ser publicada oportunamente. Vencidos em parte, os Conselheiros Vitore André Zilio Maximiano, Juliana Saad e Marcia Regina Garutti que divergiam exclusivamente da alteração do fato gerador. CSDP nº 355/11. Interessado: José Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de regulamentação das vantagens pecuniárias por tempo de serviço. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti. O Conselheiro Vitore Maximiano leu o relatório e proferiu o seu voto vista no sentido de rejeitar a proposta em análise, após endossar um parecer da Assessoria Jurídica da Defensoria Geral que concluiu pela falta de competência do Conselho Superior para editar uma deliberação sobre o tema, e considerou que a base de calculo para vantagens pecuniárias é objeto de legislação em vigor, e não há lacuna legislativa que pode ser regulamentada pelo órgão deliberativo interno. O Colegiado divergiu no mérito da proposta, no que tange as incorporações de gratificações eventuais ou permanentes, ou seja, triagem curadoria, entre outras, e sobre a integração de tais gratificações na base de calculo do quinquênio e sexta parte. O Conselheiro Vitore Maximiano entendeu que a incorporação só é possível pela proposta por meio de uma lei, o que não é o caso, e considerou possível integrar a sexta-parte, mas apontou que, por aplicação do teto constitucional remuneratório, isso não iria beneficiar membros da Defensoria Pública, na prática. O Conselheiro Luis Gustavo fundamentou em seu voto, a possibilidade de integração de tais verbas na base de calculo da sexta-parte e do quinquênio, apesar da divergência jurisprudencial, e ponderou que o artigo da lei cita "vencimentos", dando ambigüidade na interpretação. O Conselheiro Vitore Maximiano divergiu quanto à interpretação, e lamentou que existisse distinção dos vencimentos e vantagens pecuniárias. O Conselheiro José Moacyr ressaltou que a divergência inicia-se na questão preliminar fornecida pela Assessoria Jurídica e o entendimento pelo Colegiado. O Conselheiro Vitore Maximiano relatou que a matéria não precisa de deliberação, pois há previsão em lei. O Representante da Apadep, Rafael Português

The bottom of the page contains several handwritten signatures in black ink. From left to right, there are approximately six distinct signatures, some of which are quite stylized and overlapping. The signatures appear to be those of the council members mentioned in the text above, such as the President, the relator, and the dissenting members.

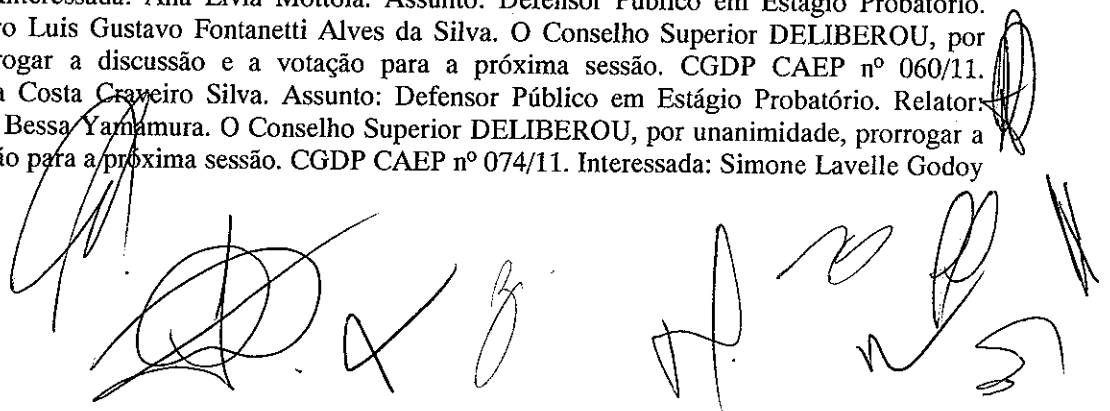
entendeu que a questão é de competência do Conselho Superior, e defendeu que o debate está previsto no regimento interno, devendo ser apreciada a matéria no âmbito do Colegiado. O Conselheiro Luis Gustavo divergiu da análise jurídica na questão preliminar, e ponderou que o Conselho Superior tem autonomia para tomar decisões administrativas. O Conselheiro Vitore Maximiano refletiu que o resultado do debate poderá ser encaminhado à administração sob forma de sugestão que poderá ou não acatar a decisão do Conselho Superior, e ponderou que o Colegiado não possui autonomia para deliberação da matéria. A Presidente informou que não vislumbra segurança jurídica para executar a proposta, caso seja aprovada, e reiterou que os integrantes da Defensoria Geral são pessoalmente responsáveis pelas ordens de pagamento, por se tratar de ato de gestão da instituição, nesse caso, ressaltou que o Conselho Superior não possui atribuição para regulamentar a matéria, por falta de base legal, mas relatou que irá analisar a questão atentamente. O Representante da Apadep, Rafael Português entendeu que a Defensoria Geral tem a obrigação de cumprir com as deliberações do Conselho, caso contrário, considerou que poderá criar um precedente perigoso na instituição. A Presidente encaminhou para votação a questão preliminar, pelo entendimento de deliberação do processo no âmbito do Conselho Superior, e aprovou-se por maioria de votos. Vencidos os Conselheiros Vitore Maximiano, Marcia Garutti e Juliana Saad que votaram pelo não conhecimento da questão preliminar. A seguir, encaminhou para votação o mérito da proposta, pelo entendimento de regulamentação da matéria no âmbito do Conselho Superior, e aprovou-se por maioria de votos. Vencidos os Conselheiros Vitore Maximiano, Marcia Garutti e Juliana Saad que votaram pela rejeição da matéria. Por fim, a Conselheira Franciane Marques apresentou a minuta da deliberação que acolhia o voto do Conselheiro Pedro Avellar. A Presidente encaminhou para votação, e aprovou-se por maioria de votos. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do relator, acolher a proposta, nos termos da Deliberação CSDP nº 254, de 06 de julho de 2012, a ser publicada oportunamente. Vencidos os Conselheiros Vitore André Zilio Maximiano, Juliana Saad e Marcia Regina Garutti que votaram pelo não conhecimento da questão preliminar e rejeitaram o mérito da proposta. CSDP nº 007/12. Interessados: Ouvidoria-Geral e Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 89/08 (que versa sobre os critérios de atendimento em vigor da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 244/12. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 38/07 (que estabelece normas gerais para os regimentos internos dos Núcleos Especializados e dá outras providências). Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 163/12. Interessado: Daniel Guimarães Zveibil. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade, no concurso de remoção de Defensor Público. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (primeiro e segundo semestre de 2011). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 110/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (março a agosto de 2011). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 138/12. Interessado: Welton Carlos de Cristo Alves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de Bacharelado em Direito na Universidade de São Paulo, no período de 24 de fevereiro a 04 de julho de 2012. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 141/12. Interessado: Daniel Guimarães Zveibil. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 91/08, que cria a Comissão de Prerrogativas da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e regulamenta sua atividade. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 146/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto:

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a large, circular signature. To its right are several smaller, more stylized initials and signatures, including what appears to be 'A', 'M', 'B', and 'W'. The handwriting is cursive and somewhat illegible.

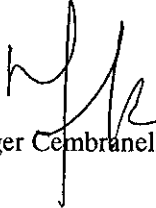
Relatório Semestral do Núcleo Especializado (setembro de 2011 a fevereiro de 2012). Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 151/12. Interessada: Segunda Subdefensora Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 152/10, que regulamenta a atuação dos Defensores Públicos em plantões judiciais. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 152/12. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (outubro de 2011 a março de 2012). Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 179/12. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (Institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 182/12. Interessada: Segunda Subdefensora Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1129/09. Interessado: Corregedor-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 134/11. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 109/08 (regulamenta a gratificação pelo exercício). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 352/11. Interessada: Rebeca Barbosa Leite da Freiria Estevão. Assunto: Apuração da violação de prerrogativa na Defensoria Pública - Regional da Infância e Juventude. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 005/12. Interessado: José Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de Deliberação que torna facultativa a contribuição, para membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 125/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2011 a janeiro de 2012). Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 160/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (setembro de 2011 a fevereiro de 2012). Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 241/12. Interessados: Coordenadores do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a dezembro de 2011). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 243/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e colaboradores do Núcleo Especializado. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 166/12. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível II para o nível III, relativo ao ano de 2012. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange os processos abaixo relacionados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº (Interessado). 169/12 (Vivian Monsef de Castro). 170/12 (Thais Helena Costa Nader). 171/12 (Luiz Felipe Azevedo Fagundes). 172/12 (Vivian Maria Lopes). 173/12 (Francisco Carlos Marques Matarezio). 174/12 (Jose Moacyr Doretto



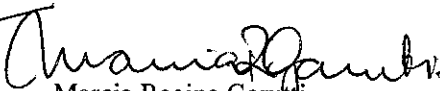
Nascimento). 175/12 (Alexandre Grabert). 176/12 (Adriana Mayer dos Santos). 177/12 (Felix Ricardo Nonato dos Santos). 178/12 (Alessandra Pereira de Melo). 180/12 (Gesanne Fonseca Gomes). 181/12 (Ricardo Cesar Franco). 183/12 (Mariane Vinche Zampar). 184/12 (Samanta Cristina Lopez de Souza Ramos). 185/12 (Marcus Vinicius Ribeiro). 186/12 (Marco Antonio Correa Monteiro). 187/12 (Wagner Ribeiro de Oliveira). 188/12 (Vanessa Pellegrini Armenio). 189/12 (Rafael Braga Vinhas). 190/12 (Diego Vale de Medeiros). 191/12 (Katia Cilene Oliveira Giraldi). 192/12 (Amanda Polastro Schaefer). 193/12 (Juliana Pavanelli). 194/12 (Aline Maria Fernandes Morais). 195/12 (Eduardo João Ra). 196/12 (Alexei Hermann de Carvalho Kirchoff). 197/12 (Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II). 198/12 (Tatiana de Souza Kotake Ribeiro). 199/12 (Flavia Laet Ribeiro de Almeida). 200/12 (Samanta Romano Tresinari Grangeiro). 201/12 (Jose Eduardo Mendes). 202/12 (Luiz Eduardo de Toledo Coelho). 203/12 (Angela de Lima Pieroni Detoni). 204/12 (Carolina Nunes Pannain). 205/12 (Guilherme Krahenbuhl Silveira Fontes Piccina). 206/12 (Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho). 207/12 (Debora de Vito Oriolo). 208/12 (Renata Lawant Miranda). 209/12 (Filovalter Moreira dos Santos Júnior). 210/12 (Anisio Vieira Caixeta Junior). 211/12 (Daniela Skromov de Albuquerque). 212/12 (Maira Coraci Diniz). 213/12 (Viviane Oliveira Lourenço). 214/12 (Janayna Lombisani). 215/12 (Viviane Modesto Gramulha). 216/12 (Julio Cesar Tanone). 217/12 (Phenelope Carvalho de Almeida). 218/12 (Alexandro Pereira Soares). 219/12 (Rafael Bessa Yamamura). 220/12 (Marcelo Martiniano de Oliveira). 221/12 (Ana Paula Gaudêncio de Figueiredo). 222/12 (Tatiana Belons Vieira). 223/12 (Fernanda Costa Hueso). 224/12 (Bruno Lopes de Oliveira). 225/12 (Luciana de Oliveira Fernandes Fortes Balam). 226/12 (Betânia Devechi Ferraz Bonfá). 227/12 (Leandro de Marzo Barreto). 228/12 (Leila Rocha Sponton). 229/12 (Amanda Pontes de Siqueira). 230/12 (Bruno Diaz Napolitano). 231/12 (Bruno Ricardo Miragaia Souza). 232/12 (Giovana Devito dos Santos). 233/12 (Rodrigo Figueiredo de Oliveira). 234/12 (Tânia Cristina dos Santos de Oliveira). 235/12 (Felipe Pires Pereira). 236/12 (Bruna Rigo Leopoldi Ribeiro Nunes). 237/12 (Fernando Rodolfo Mercês Moris). 238/12 (Cesar Augusto Luiz Leonardo). 239/12 (Juliana Araujo Lemos da Silva Machado). 240/12 (Luciana Rocha Barros Veloni Alvarenga). 242/12 (Danilo Kazuo Machado Miyazaki). CGDP CAEP nº 003/11. Interessada: Alexandra Pinheiro de Castro. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 043/11. Interessado: Jose Rodolfo Stutz Cunha. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 065/11. Interessado: Paulo Andre Costa Carvalho Matos. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 018/11. Interessada: Carolina Dalla Valle Bedicks. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 029/11. Interessado: Diogo Cesar Perino. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 056/11. Interessada: Marcelli Penedo Delgado Gomes. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 007/11. Interessada: Anna Cecilia Silva Ferreira de Oliveira. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 005/11. Interessada: Ana Livia Mottola. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 060/11. Interessada: Marina Costa Gracioso Silva. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 074/11. Interessada: Simone Lavelle Godoy



de Oliveira. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 081/11. Interessada: Virginia Sanches Rodrigues Caldas Catelan. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos seis dias do mês de junho do ano de 2012.



Daniela Sollberger Cembranelli
Presidente



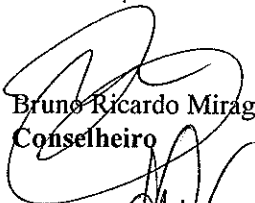
Marcia Regina Garutti
Conselheira



Juliana Saad
Conselheira



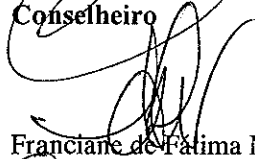
Vitore André Zilio Maximiano
Conselheiro



Bruno Ricardo Miragaia
Conselheiro



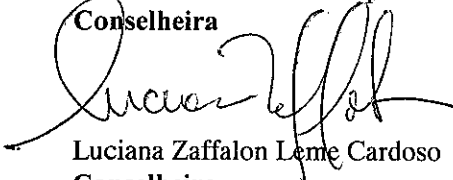
Fabiana Botelho Zapata
Conselheira



Franciane de Fátima Marques
Conselheira




José Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro



Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira



Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
Conselheiro



Rafael Morais Português de Souza
Representante da Apadep



Rafael Valle Vernaschi
Conselheiro